

**A PRIMEIRA FASE DA SOCIALIZAÇÃO DA CRIANÇA NO AMBIENTE ESCOLAR E SUA
CORRELAÇÃO COM A INDISCIPLINA****THE FIRST STAGE OF A CHILD'S SOCIALIZATION IN THE SCHOOL ENVIRONMENT AND
ITS CORRELATION WITH MISBEHAVIOR** <https://doi.org/10.63330/aurumpub.062-060>**Liza Santos de Oliveira**

Licenciada em Pedagogia-UEPG, Mestre em Educação Científica e Tecnológica - UFSC

E-mail: lizavey@gmail.comLattes: <http://lattes.cnpq.br/2086839575304619>**Resumo**

Este trabalho permeia a complexidade do universo da socialização da criança no ambiente escolar, da educação infantil e dos processos que envolvem disciplina e indisciplina. Objetiva-se por meio destes temas, ampliar a visualização de novos paradigmas de comportamento da sociedade, bem como compartilhar novos olhares sobre a composição pedagógica no ambiente escolar. Busca-se também estimular novas abordagens e estudos referentes à problemática da socialização da criança na escola. A estrutura desta pesquisa alicerçou-se na metodologia qualitativa e em um levantamento bibliográfico, o qual embasou a reflexão crítica apresentada. Nesta pesquisa são apresentados estudos acerca da primeira fase de socialização da criança correlacionada com os processos disciplinares, bem como quais são as responsabilidades do escopo de ação da escola, em tais processos. A premissa da temática pesquisada, consistiu em subsidiar pesquisas mais aprofundadas acerca da compreensão da socialização na escola e a respectiva influência do ambiente escolar no desenvolvimento social da criança.

Palavras-chave: Comportamento Infantil; Disciplina; Educação Infantil; Indisciplina; Socialização da Criança.

Abstract

This work permeates the complexity of the child's socialization of the universe at school, early childhood education and the processes that involve discipline and indiscipline. The purpose is through these issues, expand the viewing new society's behavioral paradigms and share new perspectives on teaching composition at school. The aim is to also stimulate new approaches and studies related to the child's socialization problems in school. The structure of this research has its foundations on qualitative methodology and a literature review, which based the critical reflection presented. In this research are presented studies of the first child socialization phase correlated with disciplinary procedures and what are

the responsibilities of the school's scope of action in such cases. The premise of the researched subject, was to support further research on the understanding of socialization at school and their influence of the school environment on children's social development.

Keywords: Child Socialization; Children's Behavior; Discipline; Early Childhood Education; Indiscipline.

1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho abordar-se-á, dentro da temática da socialização da criança no ambiente escolar, da disciplina e indisciplina, quais são suas implicações no contexto da prática pedagógica. Enfatizar-se-á dentro do contexto escolar, análises de aspectos contemporâneos do comportamento infantil, no contexto da socialização da criança e a importância de sua compreensão enquanto possível fator gerador de disciplina ou indisciplina escolar.

Abordar a socialização da criança enquanto, especificamente, fator preponderante nos processos disciplinares, embora seja deveras desafiador e complexo, apresenta grande relevância ao ser analisada enquanto possível fator gerador da indisciplina. A luz de tal compreensão, através deste tema, buscou-se novos paradigmas de análise do comportamento infantil no ambiente escolar.

A abordagem das fases de socialização da criança, atualmente conta com inúmeros subsídios teóricos de diversas áreas, a começar pelos estudos de psicologia infantil, os quais pouco ou nada se questionam em razão da amplitude das pesquisas realizadas nesta área.

Esta pesquisa, entretanto, embora pareça questionar muitas concepções tão arraigadas na sociedade atual, não possui nenhum caráter contestador, ao contrário, busca apenas contribuir com a construção de um novo olhar sobre as diversidades e peculiaridades da sociedade moderna e sua influência nos processos de socialização da criança e a consequente influência nos processos escolares.

Embora exista um consenso no meio escolar, de que a indisciplina emerge principalmente na adolescência, em razão das conhecidas fases de contestação e construção de valores éticos, aprofundamento das relações com a sociedade, esta pesquisa intui ressaltar a importância da visão sobre a socialização da criança dentro da escola, especificamente na educação infantil, remetendo à considerações de que na sociedade moderna, existem especificidades tal como, a minimização da socialização da criança no meio familiar e a maximização desta socialização no ambiente escolar.

Neste contexto destaca-se o problema desta pesquisa: A partir da compreensão de que na sociedade moderna, a primeira fase socialização da criança pode estar sendo remetida ao ambiente escolar, é possível a equipe pedagógica gerir mudanças necessárias neste ambiente, que propiciem significativas melhoras nos processos disciplinares, restringindo cada vez mais, futuras ocorrências de indisciplina?

O embasamento à proposição de que, a primeira fase de socialização da criança no meio familiar pode estar sendo minimizada, será apontado por meio de especificidades da vida moderna, tais como insegurança, violência, rotinas de trabalho dos pais estendidas e outras, as quais serão citadas em determinados momentos, cabendo aqui enfatizar que tais especificidades remetem-se a conjecturas pontuais.

Em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996), a qual apresenta como concepção, a premissa de que educação deve abranger processos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana (...) e de que, a educação escolar deve ser vinculada ao mundo do trabalho e à prática social; este trabalho busca apontar concepções de comportamentos inadequados que possam interferir no desenvolvimento social da criança e conseqüentemente nos processos disciplinares desenvolvidos na escola.

A abordagem teórica deste trabalho se embasa em uma pesquisa bibliográfica acerca dos temas propostos, considerando que a premissa deste tema não possui uma vasta gama de conceitos e teorias em literaturas e pesquisas publicadas.

Dentre os autores que contribuíram, subsidiando as concepções apresentadas ao longo do texto, pode-se citar, Palangana, Berger e Luckmann, Tigre e Alonso, cujos conceitos permitiram a contextualização sobre a socialização da criança apresentada. Outros autores como, Bujes e Kuhlmann Júnior, subsidiaram argumentos acerca da educação infantil. As abordagens sobre disciplina e indisciplina foram subsidiadas por teorias de autores como Ratto, Antunes, La Taille, Aquino, Garcia, Mizukami e Freire. As discussões complementares de caráter crítico igualmente se embasaram nas teorias e concepções destes autores.

Neste trabalho intencionou-se expor exemplos de como a maximização da socialização da criança no ambiente escolar, pode influir em processos disciplinares adentrando por vezes no complexo universo da indisciplina, e como é relevante a atuação da coordenação pedagógica perante tal problemática, para tanto serão correlacionadas situações reais relacionadas a proposição anteriormente apresentada com os subsídios teóricos relacionados ao tema.

Em trabalhos acadêmicos pesquisados, relacionados à atuação docente, em especial, no ensino público, pôde-se verificar várias lacunas existentes entre a prática e a teoria, sobre desenvolvimento da criança, e dentre tais lacunas apontar-se-á, situações nas quais a indisciplina discente demonstrou-se um fator preponderante ao processo de aprendizado e ao processo de ensino. Tais situações despertaram o interesse em investigar esse tema, e embora existam pesquisas que subsidiam o tratamento desta problemática, o desenvolvimento deste estudo especificamente, buscará uma correlação entre o tratamento teórico atual do tema e a hipótese proposta.

As pesquisas desenvolvidas acerca deste tema, expõe a importância e a urgência em cada vez obtermos subsídios teóricos aplicáveis em situações reais, ou seja, mais conhecimento sobre o assunto, considerando que todos os fatores que interveem diretamente nos processos disciplinares são de suma relevância científica e social.

Considerando que a problemática da socialização da criança é extremamente relevante para a atuação do pedagogo e para os processos escolares, pode-se afirmar que cabe então, ao universo de atuação da equipe pedagógica, a organização e o desenvolvimento de atitudes que visem a sanar ou amenizar os danos causados pela indisciplina nos processos escolares, bem como organizar e propiciar ambientes escolares adequados a absorção da socialização da criança na escola.

A importância aliada a necessidade de compreensão do quanto a prática de socialização da criança está intimamente ligada aos processos disciplinares e aos processos de ensino e aprendizagem, interfere não só na melhoria destes processos, mas também permitem a compreensão e atuação direta do pedagogo nestas causas, visando a melhoria da atitude discente dentro e fora da escola, tornando este um melhor cidadão no futuro.

Este trabalho objetivou abrange a compreensão da influência do processo de socialização da criança no ambiente escolar enquanto possível fator preponderante nos processos disciplinares ou mesmo fator gerador de indisciplina, buscando o desenvolvimento de subsídios aplicáveis em situações reais.

Buscou-se assim especificamente identificar a interferência da socialização da criança na problemática indisciplina e nos processos de ensino e de aprendizagem. Buscou-se também refletir sobre a atuação do profissional de pedagogia em situações que exijam a compreensão das implicações da socialização da criança no ambiente escolar, cuja abordagem inadequada resulta em indisciplina discente.

2 METODOLOGIA

A abordagem metodológica principal desta pesquisa é qualitativa, uma vez que se considera nas premissas da pesquisa apresentada, o entrelaçamento entre a objetividade e a subjetividade. No âmbito da caracterização da linha de raciocínio adotada, esta pesquisa apresenta enquanto método científico utilizado, o método dedutivo o qual parte do geral e, a seguir, desce ao particular. Parte dos princípios reconhecidos como verdadeiros e indiscutíveis e possibilita chegar a conclusões de maneira puramente formal, isto é, em virtude unicamente de sua lógica.

Pode-se imbuir a esta pesquisa um caráter exploratório, uma vez que o levantamento bibliográfico objetiva proporcionar uma maior familiaridade com o problema proposto. As análises e reflexões realizadas inferiram a este trabalho o caráter de pesquisa exploratória, ao partirem do levantamento bibliográfico, embora permita transparecer nuances de pesquisa explicativa. A pesquisa exploratória visa proporcionar

maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses, envolvendo levantamento bibliográfico.

Quanto aos procedimentos técnicos, esta pesquisa enquadra-se nos parâmetros de pesquisa bibliográfica, pois fora elaborada a partir de materiais já publicados acerca do tema proposto, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e material disponibilizado na Internet.

A pesquisa bibliográfica realizada neste trabalho consistiu no levantamento, seleção, fichamento e arquivamento das informações relacionadas ao tema proposto para a pesquisa. Essa pesquisa objetivou inicialmente realizar um estudo histórico sobre o tema. Na sequência dos trabalhos, buscou através de levantamento bibliográfico temas atuais que abordassem o tema introduzido, em busca de respostas aos problemas formulados. Através deste levantamento surgiram inúmeras contradições sobre o tema. Tais contradições propiciaram as considerações expostas na reflexão crítica realizada neste trabalho.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 APONTAMENTOS SOBRE A SOCIALIZAÇÃO DA CRIANÇA

Na proposição temática deste trabalho busca-se a compreensão de que a escola e seu ambiente, no contexto da sociedade contemporânea, veem-se impelidas a ampliar seu leque de responsabilidades educativas, absorvendo a função de socialização desde a primeira fase da criança. O ambiente escolar torna-se neste novo molde, o principal instrumento de socialização do ser humano.

Tal socialização, a despeito de muitas teorias, toma forma concreta na prática educativa no ensino infantil. E embora tal concepção possa parecer simples, na verdade, traz inúmeras preocupações. Dentre estas preocupações se destacam a delicada relação da criança com o ambiente escolar e a estreita relação da socialização com os processos disciplinares e comportamentos traduzidos por indisciplina.

Ao buscar embasamento teórico para a reflexão crítica do tema, bem como ilustrar as abordagens apresentadas nesta, a seguir destacam-se alguns conceitos e discussões sobre socialização da criança, educação infantil, disciplina e indisciplina.

A socialização é tradicionalmente dividida e descrita pelos estudiosos e teóricos em duas fases, a primeira ou primária que ocorre nos primeiros anos da vida da criança e a segunda ou secundária, que se iniciava na inserção obrigatória, da criança no ambiente escolar.

Na fase primária presumia-se apenas a convivência familiar, ou seja, nesta fase a criança desenvolvia-se em casa, no convívio familiar, ou como preconiza Palangana (1994), ao colocar que este aprendizado se dá desde o nascimento da criança, ela começa a dar significado às coisas por meio da relação com o outro. Tal fase estendia-se até chegar a sua idade escolar, por volta dos seis ou sete anos de vida. Assim parte-se da concepção de que os contatos sociais desta criança se restringiam a estes ambientes. Nesta fase todos os ensinamentos básicos lhes eram repassados pela família.

Ao atingir a idade escolar, iniciava-se a fase de socialização secundária, no qual presumia-se a inserção da criança no ambiente escolar, para cumprimento da obrigatoriedade do ensino fundamental.

Na sociedade moderna, a realidade é outra, ao considerar que a criança é inserida no ambiente escolar pouco após seu nascimento. Portanto concepções acerca das fases de socialização tão consolidadas apresentam hoje enormes lacunas. Pode-se neste contexto então, serem questionadas as colocações de Reis (1999), uma vez que este apresenta a família como mediadora entre o indivíduo e a sociedade, que propicia a percepção do mundo; para este autor ainda, a família é o locus da estruturação da vida psíquica da criança. Cabendo agora, no contexto da sociedade moderna, incumbir tais responsabilidades a escola e ao ambiente escolar, ao menos na prática.

Ao interpretar as colocações de Berger e Luckmann (1973), em uma realidade no qual, ambas as fases de socialização ocorrem no ambiente escolar, quando afirmam que, “receber uma identidade implica na atribuição de um lugar específico no mundo [...]”. Pode-se compreender a dimensão da responsabilidade que recai sobre a escola, ao assumir a primeira fase de socialização da criança.

Ainda neste contexto de sociedade pode-se inferir ao ambiente escolar a socialização da criança enquanto desenvolvedora da realidade subjetiva desta e formadora de sua identidade. Ao reproduzir as palavras de Alonso (1999), de que vivemos em uma época que não se assemelha a nenhuma outra já vivida e para a qual não fomos preparados, encontra-se a iluminação necessária para que a escola percorra o árduo caminho ao assumir a imensa responsabilidade sobre ambas as fases de socialização da criança, ou seja assumir a completa formação da nova sociedade.

Neste contexto, Tigre (2015) preconiza que o resultado disso é não termos referenciais para enfrentar os desafios com os quais nos deparamos. Tudo aquilo que nos dava certeza gera hoje insegurança. Até mesmo a ciência, que oferecia alguns princípios para nossas conclusões, hoje está cheia de dúvidas e suas respostas são apenas provisórias, e em alguns casos contraditórias. É uma situação de instabilidade geral, em que as coisas acontecem e se transformam muito rapidamente.

Esta autora ainda, resume o objetivo da elaboração deste trabalho, ao fazer a colocação de que dentro da atual conjuntura, a educação tem se deparado, constantemente, com necessidades antes desconhecidas, e a escola já não consegue responder a muitas das exigências deste momento histórico (Tigre, 2015). Tais colocações permitem a este contexto o acoplamento da preocupação com a responsabilidade sobre a primeira fase de socialização da criança, no espaço escolar bem como os mais diversos condicionamentos advindos desta.

3.2 A EDUCAÇÃO INFANTIL E ALGUMAS TEORIAS

Para o contexto desta proposta de trabalho abordar-se-á alguns conceitos sobre educação infantil, os quais visam ilustrar a importância sobre a compreensão da mudança explicitada anteriormente acarretada

da transferência da responsabilidade sobre a primeira fase de socialização da criança para a escola, e quais dimensões do trabalho pedagógico estão envolvidas em tal problemática.

Ao remeter à antigos parâmetros da educação infantil temos as colocações de Bujes (2001) o qual ressalta que a família e o grupo social no qual se insere esta, tinham responsabilidade sobre a educação da criança. Podemos agora refutar tal ideia, sem maiores argumentações, apenas exemplos recorrentes da prática pedagógica na educação infantil, e visualizar a contemporaneidade do pressuposto de que escola não representa especificamente um grupo social, embora num sentido amplo pode ser reconhecida desta forma.

Em parte da história da sociedade brasileira, a educação infantil era percebida como atendimento assistencial, ou seja, a educação infantil, integrava dentro da sociedade não uma educação, mas um atendimento de cunho assistencialista a classes desfavorecidas, tal qual a definição de Kuhlmann Júnior (1998). Nela este pondera, que a educação assistencialista se trata de uma educação que parte de uma concepção preconceituosa da pobreza e que, por meio de um atendimento de baixa qualidade, pretende preparar os atendidos para permanecer no lugar social a que estariam destinados. E tal educação foge aos preceitos fundamentais da atual educação infantil, de cidadania, de liberdade, igualdade e fraternidade.

Como a educação infantil possuía cunho assistencial, o que lhe impelia o cuidado de crianças bem pequenas, tal cuidado estava restrito apenas na manutenção dos cuidados básicos da criança, sem maiores obrigações com os mais diversos desenvolvimentos de cada fase. Já na sociedade moderna a educação infantil, após anos de evolução, tomou forma dentro dos parâmetros da verdadeira educação, despindo-se do cunho assistencialista. Na sociedade moderna compreende-se que a educação infantil deve promover o desenvolvimento da criança nos mais diversos aspectos, desde os emocionais, cognitivos, intelectuais físicos e sociais, de forma integrada.

Com a promulgação da Constituição Federal em 1988, no Brasil, o direito à educação das crianças de zero a seis anos ficou garantido e foi reafirmada a natureza educativa das instituições de ensino infantil. Após a Constituição Brasileira surgiu a Lei Federal nº 8069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente, que em seu artigo 3º, prevê que, a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, assegurando-se lhes todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facilitar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (Brasil, 1990). Tais legislações impeliram ao poder público executivo a necessidade de reorganizar e reconstruir a educação infantil. A partir destes marcos históricos e das peculiaridades da sociedade moderna, busca-se incessantemente o aprimoramento de conceitos acerca de educação infantil.

3.3 ALGUMAS TEORIAS SOBRE A DISCIPLINA E A INDISCIPLINA NO ESPAÇO ESCOLAR

A abordagem deste trabalho busca propiciar um olhar sobre os processos de disciplina e indisciplina, voltados para a compreensão de que tais processos além de indissolúveis, da mesma forma, em que ambos são inerentes ao desenvolvimento social da criança, muitas vezes podem ser meramente resultantes do próprio ambiente escolar.

No espaço escolar, muito se fala sobre a falta de limites de alunos, crescendo as queixas a respeito da ingovernabilidade das novas gerações, associando-a ao declínio das instituições e autoridades tradicionais e às novas influências trazidas pela indústria cultural e de consumo (Ratto, 2007).

Neste contexto, a disciplina bem como a indisciplina emergem como resultante da complexidade dos processos sociais e escolares. E ambos os processos estão tão intimamente interligados, uma vez que se considera que a socialização interfere diretamente nestes e vice-versa, são as análises e reflexões que permitem a mensuração de tais interferências, a fim de se obter uma melhor compreensão das problemáticas envolvidas.

Uma boa contextualização é ressaltada por Antunes (2002) onde este coloca que é preciso ter cuidado com uma sala silenciosa: falar, conversar e debater pode representar um excelente instrumento pedagógico. Mas, há momentos em que o silêncio e a concentração são necessários para que os conteúdos expostos sejam compreendidos.

Neste âmbito, embora estudos refutem a ideia de que silêncio implica em concentração, mostrando que há sim, assimilação de conteúdo, por vezes maior, em aulas dinâmicas e metodologias variadas, que se utilizem de ambientes diversificados e atividades em grupo, experimentação etc. A educação tradicional é a realidade da maioria das escolas brasileiras, bem como o ensino tradicional, ou seja, a exposição de conteúdos e assuntos enquanto via de mão única, do professor para o aluno, em ambiente sóbrio, silencioso e fisicamente adequado conforme os mesmos parâmetros dos primórdios tempos.

E como tais posturas e métodos interferem na disciplina e indisciplina escolar?

Enquanto esboços de respostas às perguntas acima, para a primeira pergunta cabe iniciar com a ideia de La Taille (1996), acerca da compreensão de disciplina e indisciplina: “se entendermos por disciplina comportamentos regidos por um conjunto de normas, a indisciplina poderá se traduzir de duas formas: 1) a revolta contra estas normas; 2) o desconhecimento delas”.

Complementando tais conceitos temos a concepção de Gotzens (2003), a qual preconiza que o valor instrumental e funcional da disciplina na escola é ordem necessária para a realização do trabalho escolar, enquanto a indisciplina é transitória, é uma etapa para a conquista da ordem.

E seguindo o entendimento de que indisciplina pode ser traduzida como a revolta contra as normas, logicamente pode-se transpor a ideia de que posturas e métodos interferem diretamente em comportamentos que resultam em indisciplina escolar.

Ao explorar a indisciplina na escola e os desafios para a organização do trabalho pedagógico podemos vislumbrar a imensa complexidade que envolve este tema. A análise teórica sobre o tema, buscou principalmente por subsídios que identificassem fatores geradores da problemática no ambiente escolar sob a ótica da equipe pedagógica, bem como as adversidades resultantes dela.

A indisciplina no ambiente escolar possui várias vertentes, cabendo a equipe pedagógica suas análises e pontuações. Dentre as alternativas de identificação das vertentes da indisciplina, ao profissional pedagogo cabe o diálogo direto com os professores, os alunos, a comunidade e os profissionais atuantes na escola.

Dentre os fatores geradores da indisciplina apontados dentro do universo escolar Tigre (2015), aponta a ausência de novas tecnologias nas atividades escolares, as aulas ultrapassadas, os meios de comunicação pouco atrativos utilizados nas aulas, os meios familiares desestruturados, a falta de material didático e pedagógico, o próprio meio social, falta de perspectivas futuras por parte dos professores e dos alunos e falta de motivação profissional tanto no meio docente quanto os demais profissionais atuantes na escola.

Tais pontuações geram cada qual, atitudes e comportamentos diferenciados dentro e fora do ambiente escolar, sendo que este trabalho, está focado na indisciplina que emerge de comportamentos e atitudes resultantes do próprio ambiente escolar. Vários autores observam os fatores geradores da indisciplina por vertentes diferenciadas, tais como as colocações de Santos e Nunes (2006) “A indisciplina não estaria no aluno, e sim na escola, incapaz de gerir e administrar novas formas de existência social concreta, que surge em seu interior, em decorrência de suas transformações do perfil de sua clientela”. Este aponta a escola como geradora principal, o que vem a confirmar a concepção proposta neste trabalho.

Já Garcia (1999) aponta que: "Assim, na própria relação entre professores e alunos habitam motivos para indisciplina, e as formas de intervenção disciplinar que os professores praticam podem reforçar ou mesmo gerar modos de indisciplina". E em tal colocação o autor remete para a relação professor-aluno, parcialmente tal responsabilidade.

Em consonância com ambas as pontuações, podemos ainda citar o aprofundamento de Luria (1988): ao refletir o mundo exterior, indiretamente, através da fala, a qual desempenha um papel profundo não apenas na codificação e decodificação das informações, como também na regulamentação de seu próprio comportamento, o homem é capaz de executar tanto a mais simples forma de reflexão da realidade como as mais altas formas de regulamentação de seu próprio comportamento.

Tais afirmações apontam que o diálogo pode ser o caminho para o enfrentamento da indisciplina independente de seu fator gerador. Embora autores apontem para a existência uma vasta gama de fatores geradores da indisciplina, no desenvolvimento deste trabalho, pouco se enfatizará tais fatores, em consequência das peculiaridades da proposta inicial, as devidas identificações e análises serão apresentadas

em acordo com o embasamento teórico deste, pois cada contexto escolar remete especificidades e desafios para a escola de forma pontual sendo que a seus atores, e principalmente à equipe pedagógica, cabe a constante análise do meio.

Sendo a identificação das lacunas existentes na educação familiar moderna, principalmente em classes sociais mais desfavorecidas e sua possível influência na indisciplina escolar, um dos apontamentos desta pesquisa, enfatizar-se-á a importância da análise das características familiares, das vivências dos educandos por parte da equipe pedagógica, nos casos em que há a interferência da indisciplina nos processos de ensino e de aprendizagem destes alunos.

A identificação e análise comportamental do educando permite ao profissional pedagogo o conhecimento de sua individualidade cultural, suas expressões particulares, o que facilita sua atuação. Explorando a importância do contexto, Freire (1996) afirma que uma de suas preocupações centrais deve ser a de procurar a aproximação cada vez maior entre o que diz e o que faz. Ainda Freire (1996) enfatiza a importância da atenção às necessidades e interesses individuais e culturais dos alunos, explicitando que não é possível à escola alhear-se das condições sociais, culturais e econômicas de seus alunos e de suas famílias.

Tal fala remete a importância do engajamento da escola na formação do aluno, sendo que isto se dá mediante o conhecimento e acompanhamento das condições sociais e culturais, econômicas, familiares e do próprio meio ambiente no qual o aluno está inserido.

A equipe pedagógica escolar, ao reconhecer a responsabilidade de orientar e auxiliar as instâncias colegiadas, detém tal acompanhamento, seja este, exercido de forma direta em entrevistas contínuas com os alunos e seus familiares, ou mesmo de forma indireta, através de pareceres dos professores.

Ao pedagogo cabe tratar a educação como o processo em constante modificação considerando que trabalha em ambientes, repleto de indivíduos com problemas sociais e/ou econômicos, e com valores culturais diferenciados devendo assim, muitas vezes fugir necessariamente do tecnicismo, tal qual a fala de Mizukami (1986). O processo de conscientização é sempre inacabado, contínuo e progressivo, é uma aproximação crítica da realidade.

O pedagogo exerce papel preponderante e essencial no processo de acompanhar e analisar as problemáticas que envolvem os casos de indisciplina seja ela resultante de fatores internos ou externos ao ambiente escolar, mas ao exercer seu papel de orientar e auxiliar as instâncias colegiadas no âmbito da escolar é que este profissional estará atuando diretamente no processo de ensino e de aprendizagem e na própria formação da cidadania do educando, tal qual cita Freire (1996): “saber que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua própria produção ou sua construção”.

A construção ou reconstrução conjunta dos regimentos, além de permitir o amplo conhecimento de seu conteúdo, inibe revoltas acerca de sua compreensão e objetivação. Melhorando de maneira significativa a convivência no ambiente escolar.

No contexto das metodologias e posturas cabe a equipe gestora oferecer os subsídios necessários a comunidade escolar para que se construa ou mesmo se reconstrua o conjunto de normas que irão reger os trabalhos e o cotidiano escolar.

E averbando a ideia da importância da equipe gestora nos processos de disciplina e indisciplina temos a concepção de Novais (2004), o qual enfatiza que a autoridade terá função vital na questão disciplinar, quando houver uma interação entre os indivíduos na sala e estes possam construir um conceito de disciplina que não seja imposto por leis arbitrárias, mas construído por meio da negociação de regras claras e justas. Este conceito levará os alunos a se desenvolverem com autonomia e percepção crítica da realidade.

A participação da sociedade na construção ou reconstrução dos regimentos escolares impele a esta, uma consciência plena de direitos e deveres, e tal consciência remete ao caráter do processo disciplinar. Ademais, a educação escolar requer necessariamente tais ensinamentos, pois por meio destes, não só se desenvolve julgamentos críticos e justos, mas igualmente se desenvolve a socialização do indivíduo. E exemplificando de forma prática: Ao aluno que participa da construção ou reconstrução dos regimentos escolares, não lhe cabe revoltas infundadas, pois este acordou sobre os termos do regimento, muito menos lhe cabe alegar desconhecimento, tal qual propõe Aquino (1998): "Como em todas as outras relações sociais e institucionais, na relação pedagógica existe um contrato implícito – um conjunto de regras funcionais – que precisa ser conhecido e respeitado para que a ação possa se concretizar a contento".

A concepção de Aquino (1998), segundo a qual a escola e os professores, na medida em que cumprem os seus papéis, têm uma tarefa importante na transformação e na mudança dos alunos, de modo que nem a instituição e nem os docentes permaneçam indiferentes perante a situação de indisciplina, igualmente vem a corroborar a ideia deste trabalho. Isso retoma a premissa de que a indisciplina pode ser resultante do próprio ambiente escolar se este, enquanto perdurarem os padrões de comportamento familiar da sociedade moderna, não abranger já na educação infantil, de fato, para si, a responsabilidade sobre a socialização da criança.

3.4 ANÁLISE E REFLEXÃO CRÍTICA

Pode-se iniciar esta reflexão com a citação de Vygotsky (1987): “o único bom ensino é aquele que se adianta ao desenvolvimento”. Tal citação resume, dentro do contexto da temática proposta, exatamente o que se almeja quando se aborda a socialização da criança enquanto fator preponderante nos processos de disciplina ou indisciplina, pois compreender que a inserção precoce da criança no ambiente escolar, implica necessariamente no seu desenvolvimento social dentro deste ambiente. E ao fazer tal colocação elucida-se inúmeras responsabilidades a escola e aos profissionais envolvidos no universo escolar.

Mas qual a ideia de socialização é cabível no escopo de responsabilidades do ambiente escolar? Como significado formal, temos que a socialização é a transmissão e assimilação de padrões de comportamento, normas, valores e crenças atreladas ao desenvolvimento de atitudes e sentimentos coletivos. Não obstante temos a conceitualização de Charon (2012), a qual atribui a socialização o status de processo pelo qual a sociedade, comunidade, organização formal, ou grupo ensina seus costumes a seus membros.

Neste contexto há o entendimento solidificado por fortes teorias de que a família e a escola dividem a tarefa de socializar a criança, devendo contribuir separadamente para seu desenvolvimento cognitivo, intelectual, e social, a saber nesta ordem e cujos parâmetros de abordagem são peculiarmente diferenciados aos ambientes.

Ao considerar que à socialização estão impelidos inúmeros aprendizados, tal qual o da linguagem, o da consciência e outros, pode-se então compreender a socialização como processo de humanização, tal qual a ideia Émile Durkheim (1983), de que a sociedade tem condições de existir somente porque penetra no interior do ser humano, moldando nossa vida íntima, criando nossa consciência, nossas ideias, nossos valores.

Através de novos estudos e pesquisas de casos, é possível afastar-se do campo hipotético para então construir generalizações embasadas em atuais parâmetros de comportamento familiar e comportamento infantil, que possibilitem um redesenho do comportamento escolar da criança, propiciando assim, seus devidos desenvolvimentos.

Ao considerarmos que a infância representa a primeira fase da vida humana, e ao descrevermos as implicações desta fase, percebemos que dentre os aprendizados que gerarão a socialização, conforme conceitos existem também uma gama de aprendizados de sobrevivência que embora interfiram no meio social, são de caráter individual e instintivo. Remete-se a esta ideia o desenvolvimento corporal da criança frente as incursões variadas do ambiente físico.

A descoberta do universo pela criança inicia com a experimentação do ambiente que a cerca, e é nesse ambiente que ocorre o desenvolvimento primeiramente cognitivo, a partir da percepção das sensações, dos desejos e sentimentos, tanto para com as pessoas, quanto para com os objetos inanimados. É na infância que se inicia a relação de interação com seu próprio corpo e o ambiente físico, e com outros seres humanos. Assim também se inicia na infância os primeiros preceitos da vida em sociedade, tal como os padrões de comportamento.

Partindo de uma consciência de que a infância tem caráter formativo na vida de um ser humano, adentra-se no universo dela educação infantil, atribuindo a esta fase educacional, a responsabilidade sobre a socialização da criança, ou seja, a formação social do ser humano, do cidadão.

Não obstante enfatizar-se-á o caráter construtivo da educação infantil, já que este intervém diretamente no desenvolvimento intelectual e social da criança, em qualquer idade entre 0 e 5 anos. Atualmente pode-se afirmar que grande parte da sociedade, principalmente em áreas economicamente mais desfavorecidas, as famílias submetem sua prole muito cedo ao ambiente escolar, as crianças com meses de idade já passam seus dias em creches, permanecendo no ambiente escolar até sua maturidade.

Seguindo este molde de sociedade, pode-se afirmar que a personalização da criança se dará dentro do ambiente escolar. Será neste ambiente que a criança aprenderá a desenvolver suas vontades, fará suas escolhas, tomará grande parte de suas decisões. Assim podemos compreender o ambiente escolar como responsável pelo desenvolvimento sociológico da criança.

Os preceitos da educação infantil apregoam que a criança é um ser social com capacidades afetivas, emocionais e cognitivas natas e a interação no ambiente escolar visa ampliar e aprimorar tais capacidades, ao mesmo tempo em que desenvolve outras.

Entretanto aborda-se neste estudo, a hipótese de que a vida na sociedade moderna impele ao ambiente escolar, a maximização das etapas de desenvolvimento. Pois se, em um ambiente de convívio familiar, pouco se trabalha as relações sociais e pouco se permite à criança a expressão de suas ideias, dúvidas e sentimentos, pouco ou nada se contribui para seu desenvolvimento. Assim configura-se a transferência ao ambiente escolar, bem como à educação infantil o papel, primordial de detentor do desenvolvimento social da criança.

Ao mesmo tempo em que a inserção da criança no ambiente escolar pode contribuir para seu desenvolvimento, enormemente, este ambiente escolar precisa estar preparado para todas as implicações adjacentes desta responsabilidade.

Para os casos em que há minimização do convívio familiar e maximização do período de convívio social da criança no ambiente escolar pressupõem-se que há um aumento significativo do número de horas produtivas da criança ao longo do dia, onde ela está submetida ao ambiente escolar. Pode-se afirmar nestes casos, que os processos evolutivos enquanto sujeito, desta criança ocorrem dentro deste ambiente. Tais processos vão desde interação com outros seres, sejam eles crianças, adultos, ou mesmo, outras espécies animais, até o aprendizado de sobrevivência, como a alimentação, higiene etc.

Neste contexto e de forma mais abrangente, pode-se incluir que a formação da personalidade da criança e de seu caráter, também tomará forma dentro do ambiente escolar. E dentro desta concepção pode-se adentrar na amplitude das responsabilidades da escola e de seu ambiente, através da educação infantil.

Se a escola neste contexto for compreendida como formadora de personalidade e de caráter da criança, já que é através da socialização que o indivíduo pode desenvolver a sua personalidade, o que remete à socialização um caráter de essencialidade para a integração do indivíduo na sua sociedade, e a consequente continuidade dos sistemas sociais.

A socialização, conforme concepções da psicologia infantil, ocorre de forma mais intensa durante a infância e a adolescência, pois são nestas fases que ocorrem os processos de aprendizagem dos modos padronizados de agir e pensar.

Lembrando que há neste trabalho a visualização de uma realidade o qual absorva o grande distanciamento dos pais e da família na evolução inicial da vida produtiva da criança, há de se compreender que muitos aspectos do comportamento da criança são modelados no ambiente escolar. A partir de tais compreensões é possível estabelecer como foco de estudo, comportamentos condizentes com indisciplina como resultantes do próprio ambiente escolar. Ilustrando tais colocações, podem-se inferir muitos casos de comportamento agitado, agressividade, carência excessiva e outros.

A partir de tais compreensões, enfatizar-se-á neste trabalho, a importância que o ambiente escolar exerce nos processos disciplinares da criança, tais como entender que a educação infantil detém neste contexto, de forma prática maior responsabilidade sobre o desenvolvimento social, intelectual e cognitivo da criança, nas suas primeiras fases de socialização, absorvendo o que segundo estudos teóricos específicos, anteriormente caberia ao ambiente familiar.

Para se entender a importância de trazer ao leque de responsabilidades da escola uma maior incumbência sobre a socialização da criança, complementando algumas teorias consolidadas como as de Piaget, Vygotsky e outros acerca das fases de socialização desta, é necessário ter ao menos certa compreensão da complexidade que tal absorção implica.

Embora na prática esta absorção já ocorra, a ausência de subsídios teóricos diretos e pontuais, impede muitas vezes a fundamentação de análises críticas pela equipe pedagógica, pois, embora a realidade reafirme a adaptação de muitos atos, muitas vezes não há como fazer um embasamento teórico sólido para a construção de novos regimentos que incluam a responsabilidade da quase total socialização da criança na escola e sua gama de implicação a toda a comunidade escolar.

Partindo da ideia de que a socialização da criança pode estar ocorrendo de fato na escola, pode-se compreender que muitos comportamentos os quais resultem em indisciplina são resultantes de variáveis tais como a agitação e a carência excessiva, e estes dois exemplos, podem facilmente transformar-se em agressividade, quando a criança está inserida em um ambiente desagregador, e o ambiente escolar pode estar sendo para o universo da criança de fato, este ambiente desagregador em alguns casos.

Ao atribuir-se a ideia de desagregação ao ambiente escolar, são necessárias várias ressalvas, como por exemplo, a ausência de estímulo ao desenvolvimento intelectual, social e cognitivo da criança de forma interligada. Toma-se então como exemplo, uma classe hipotética de educação infantil onde 10 ou mais crianças possam estar compartilhando oito horas diárias de sua vida entre si, e com um ou dois professores, restando outros minutos ou no máximo 2 horas para convívio com outras crianças e outros profissionais da escola, o que geralmente ocorre nas refeições coletivas.

É possível afirmar que nestes casos, sem nenhum caráter crítico negativo, que pode haver lacunas no desenvolvimento de tais crianças, por várias razões, dentre estas, a iniciar, com a limitação de espaço, pois tais crianças devem hipoteticamente, permanecer a maioria destas oito horas diárias em uma única sala de aula. E embora pouco se diferencie de seu espaço físico de convivência familiar, considerando-se que à sociedade moderna, cuja insegurança em muitas localidades interfere na liberdade de ir e vir de cidadãos, tais restrições são tidas como necessidade.

Assim pode-se compreender que tais crianças por mais habituadas que estejam à limitação de espaço, visualizem esta situação de forma restritiva podendo até representar uma espécie de clausura. Cabendo agora a compreensão do quanto o ambiente escolar pode influir nos citados desenvolvimentos.

Como questionar então, a agitação persistente de uma criança, como questionar quando uma criança se comporta de maneira inquieta, como reconhecer que em muitos casos especificamente esta criança, somente tem uma necessidade de extravasar energias. Muitas vezes a tais casos, simplesmente imputa-se um comportamento indisciplinado somente, ou mesmo hiperativo.

Pouco se atribui na prática, considerações a tais exemplos, como o de que uma determinada criança pode transparecer um comportamento inadequado ou mesmo indisciplinado inicialmente, mais tal comportamento pode ser resultante da ausência de convívio familiar. Esta ausência muitas vezes pode ser atribuída à necessidade dos pais e/ou tutores de ausentar-se do convívio familiar por muitas horas do dia em razão de compromissos profissionais, restando neste caso pouco tempo útil de um dia para tal convívio, ou ainda, pode existir a hipótese dos familiares desta criança, não possuírem interesse ou disposição para desenvolver atividades específicas com ela. Tais situações são comuns na era moderna, o que enfatiza o fato de que a criança muitas vezes, se socializa apenas no ambiente escolar.

Neste contexto pode-se rotular, entretanto, a agitação de uma determinada criança como um comportamento indisciplinado, e mais, lhe impelir muitas vezes, restrições maiores? Como compreender então, que esta determinada criança, quer correr pelo espaço coletivo da escola em um dia de chuva, por exemplo, ao invés de se sentar e lanchar junto com outras crianças? Como compreender que uma determinada criança possuir energia e satisfação em correr e gritar no espaço coletivo da escola aos intervalos?

Muitas vezes, não se compreende de fato as razões para tais comportamentos, apenas indica-se a indisciplina como resposta, com a argumentação de que a criança conhece as regras do ambiente escolar, logo tal comportamento é descrito como infringente as normas disciplinares, e prontamente tolhido da criança.

Muitos casos de agitação podem ser inadvertidamente compreendidos e tratados como comportamento inadequado ou mesmo indisciplina transformando-se possivelmente, como por exemplo, em casos de agressividade no ambiente escolar, ao mesmo tempo em que tais casos de agressividade apenas

refletem a inadequação do ambiente escolar às necessidades da criança na sociedade moderna, a estes cabe atribuir-se indisciplina.

Por tais exemplos este trabalho adentrou no complexo universo da indisciplina. Muito se estuda acerca da indisciplina, de forma pontual. Existem tentativas de se generalizar comportamentos geradores de indisciplina, entretanto os estudos são realizados em grupos diferenciados, ou mesmo em casos isolados. A culpabilidade pelos casos de indisciplina geralmente recai sobre a família, por isso a necessidade cada vez maior de se compreender quando a família na sociedade moderna tem seu poder de influência minimizado no âmbito dos processos de socialização da criança.

4 CONCLUSÃO

Essa pesquisa intuiu mostrar a importância dos processos de desenvolvimento da socialização da criança, com enfoque nas mudanças que ocorreram nas práticas escolares da educação infantil em decorrência de necessidades específicas da sociedade contemporânea.

Ao longo deste trabalho percebeu-se que os processos de desenvolvimento social do ser humano, embora sejam contínuos, perdurando durante toda sua trajetória de vida, tem início no nascimento da criança, sendo que é na infância que se constroem tais processos. Embora estes processos possam ser reconstruídos e aprimorados nas demais fases de desenvolvimento do ser humano, é importante que sua construção esteja alicerçada em parâmetros sociais condizentes não só aos regramentos de cada sociedade especificamente, mas também, que seja condizente as peculiaridades destas sociedades.

Atualmente, muitos estudos estão voltados à rapidez com que as sociedades se transformam, e à necessidade de acompanhamento coordenado destas transformações. A pedagogia, enquanto ciência da educação deve acompanhar tais mudanças, voltando-se sempre para o aprimoramento da educação e o desenvolvimento da vida do sujeito na sociedade. Ao sujeito, enquanto indivíduo integrante de uma sociedade, igualmente cabe o acompanhamento de tais mudanças, cabendo de fato, estar em constante adaptação para se adequar as transformações do seu ambiente social.

Ao definir socialização como o processo por meio do qual o indivíduo aprende a ser um membro da sociedade pode-se concluir que a socialização é a imposição de padrões de conduta pré-estabelecidos, por diversos veículos. E dentre estes veículos, emerge a educação infantil, com a fundamental competência sobre a conduta do sujeito. No contexto da socialização, cabe-se ressaltar que é através do convívio social, que o sujeito demonstrará sua capacidade de adaptação e o seu desenvolvimento enquanto cidadão.

A responsabilidade sobre a imposição dos padrões sociais na educação infantil possui mais do que uma importante relevância, já que traz para seu escopo de ação, a transformação do sujeito em cidadão. Ao assumir, intrinsecamente tal transformação, esta educação assume também o papel essencial de formadora da sociedade, e não obstante sua também transformadora.

Ao considerar-se que desde seu nascimento a criança é submetida aos padrões sociais daqueles que a cercam, podemos afirmar que é através da inserção da criança no meio social, que esta, conhece a si mesma, aprende as peculiaridades da convivência de seu próprio meio, e todas as demais normas vigentes a seu ambiente, assim se socializando de fato.

Portanto, se em uma determinada cultura a criança é introduzida logo após seu nascimento no ambiente escolar, permanecendo neste ambiente a maior parte de sua primeira fase de socialização, esta cultura estará não só sujeitando o desenvolvimento social desta criança à escola, como também remeterá a escola sua própria perpetuação, ou seja, os paradigmas desta cultura serão na prática, estabelecidos pela escola e seu ambiente.

Ao compreender que a escola possui como premissa a perpetuação da cultura e da própria sociedade, coube a este trabalho a função de refletir acerca da importância sobre a responsabilidade da escola em socializar a criança. E a relevância do acompanhamento por parte da coordenação pedagógica escolar as especificidades de cada sociedade.

Ao papel da coordenação pedagógica imbuí-se a constante preocupação com as transformações da sociedade, com as especificidades de cada segmento desta sociedade, e em especial as necessidades que cada um destes segmentos apresenta. Pois será a partir de estudos destas especificidades, que a coordenação pedagógica poderá organizar atividades escolares condizentes aos seus grupos de atuação, a fim de atender aos diferenciais que possam emergir através dos tempos.

E embora muitos autores sobrepujem tal concepção, ao nos remetermos a concepções tal qual a de Sonia Kramer (1999), no artigo “O papel social da educação infantil”, onde enfatiza que em termos qualitativos o trabalho realizado em creches e pré-escolas não é ainda democrático: muitas têm apenas caráter assistencial ou sanitário, que são importantes, mas não substituem a dimensão educativa social e cultural, cruciais para favorecer o desenvolvimento das crianças e seu direito de cidadania. Podemos então compreender a dimensão da socialização sobre o trabalho pedagógico e a distância que ainda persiste entre a prática e a teoria.

A dimensão da socialização da criança no ambiente escolar está entrelaçada ao universo de trabalho da equipe pedagógica. Inicialmente pode-se enfatizar que cabe a equipe pedagógica a tarefa de discernir sobre a forma de atuação da comunidade escolar ao atendimento integral da criança, independentemente de sua idade.

E ao discernir sobre a forma de atuação da comunidade escolar, a coordenação pedagógica assume o papel de estudar e orientar os membros da comunidade escolar, em prol do atendimento adequado as necessidades da criança, principalmente aquelas cuja inserção do ambiente escolar ocorre no início da infância, ou pouco após seu nascimento, e cuja permanência neste ambiente é maximizada.

Abordar subjetivamente a indisciplina e o ambiente escolar como possível fator gerador desta, ilustrou o quanto a educação infantil interfere na personalização e cidadania do sujeito. Compreender que a criança é um sujeito com todas as características pensantes do ser humano, implica no entendimento de que esta criança construirá suas opiniões individuais no ambiente escolar e por intermédio deste, ao mesmo tempo em que as demonstrará através do convívio social que também ocorrerá no ambiente escolar.

A exposição deste estudo, não possui caráter crítico, e sim busca enfatizar a importância da compreensão de que as inúmeras responsabilidades impostas pela sociedade moderna a escola, não podem ser mais refutadas ou mesmo desconsideradas por não estarem no escopo teórico na pedagogia tradicional. É necessário cada vez mais a realização de análises críticas que possam vir a embasar futuros subsídios teóricos pedagógicos mais fidedignos a realidade escolar da sociedade moderna.

Assim, portanto a atuação da escola, do ambiente escolar e da educação infantil precisa constituir-se enquanto fundamento principal da socialização da criança, assumindo assim seu papel de transformadora da sociedade.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Myrtes (org.). **O trabalho docente: teoria & prática**. São Paulo: Pioneira, 1999.

ANTUNES, Celso. **Professor bonzinho = aluno difícil: a questão da indisciplina em sala de aula**. Petrópolis: Vozes, 2002.

AQUINO, Julio Groppa. **Indisciplina: o contraponto das escolas democráticas**. São Paulo: Moderna, 1998.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 1973.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 13 jul. 2026.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1990]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 13 jul. 2026.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, [1996]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 13 jul. 2026.

BUJES, Maria Isabel Edelweiss. **Infância e maquinarias**. 2001. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

CHARON, Joel M. **Sociologia**: uma introdução preliminar. Tradução de Janis J. S. Lawrence. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia**. Tradução de Lourenço Filho. 11. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GARCIA, Joe. Indisciplina na escola: uma reflexão sobre a dimensão preventiva. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 95, p. 101-108, jan./abr. 1999.

GOTZENS, Concepcion. **A disciplina escolar**: prevenção e intervenção nos problemas de comportamento. Porto Alegre: Artmed, 2003.

KRAMER, Sonia. O papel social da educação infantil. **Pro-Posições**, Campinas, v. 10, n. 2 (29), p. 11-20, jul. 1999.

KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. **Infância e educação infantil**: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 1998.

LA TAILLE, Yves de. A indisciplina e o sentimento de vergonha. In: AQUINO, Julio Groppa (org.). **A indisciplina na escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Cortez, 1996. p. 9-22.

LURIA, Alexander Romanovich. Diferenças culturais de pensamento. In: VIGOTSKII, Lev Semyonovich; LURIA, Alexander Romanovich; LEONTIEV, Alexis N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Ícone, 1988. p. 39-58.

MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. **Ensino**: as abordagens do processo. São Paulo: EPU, 1986.

NOVAIS, Elaine Lopes. É possível ter autoridade em sala de aula sem ser autoritário? **Linguagem & Ensino**, Pelotas, v. 7, n. 1, p. 15-51, jan./jun. 2004.

PALANGANA, Isilda Campaner. **Desenvolvimento & aprendizagem em Piaget e Vygotsky**: a relevância do social. São Paulo: Plexus, 1994.

RATTO, Ana Lúcia Silva. **Livros de ocorrência**: (in)disciplina, normalização e subjetivação. São Paulo: Cortez, 2007.

REIS, José Roberto Toledo. Família, emoção e ideologia. In: LANE, Silvia Tatiana Maurer; CODO, Wanderley (org.). **Psicologia social**: o homem em movimento. São Paulo: Brasiliense, 1999. p. 99-121.

SANTOS, Claudovone Ferreira; NUNES, Marinildes Ferreira. A indisciplina no cotidiano escolar. **Candombá – Revista Virtual**, Salvador, v. 2, n. 1, p. 14-23, jan./jun. 2006.

TIGRE, Maria G. E. S. **Gestão das relações educativas no espaço escolar**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2015.

VYGOTSKY, Lev Semyonovich. **A construção do pensamento e da linguagem**. Tradução de Gabriela Lacerda. São Paulo: Martins Fontes, 1987.